JULIANA FACKLMANN

**Operações de Instituições Financeiras: Análise de Aspectos Econômicos e
Jurídicos Relacionados ao Pagamento de Juros**

Dissertação de Mestrado
Orientador: Prof. Dr. Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2017**

JULIANA FACKLMANN

**Operações de Instituições Financeiras: Análise de Aspectos Econômicos e
Jurídicos Relacionados ao Pagamento de Juros**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Comercial, sob a orientação da Prof. Dr. Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2017**

Nome: FACKLMANN, Juliana

Título: Operações de Instituições Financeiras: Análise de Aspectos Econômicos e Jurídicos
Relacionados ao Pagamento de Juros

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico aos meus queridos pais e ao Danilo,
querido irmão, à Ernestina (*i.m.*)
e ao Mathias (*i.m.*), amor eterno.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao Professor Haroldo Verçosa por toda paciência e pelas valiosas lições durante todo o mestrado. Ao Professor Marcos Paulo de Almeida Salles por todo apoio e pelo auxílio. Ao Professor Milton Barossi pelos comentários na banca de qualificação. Ao Allan De Genaro pela paciência em explicar conceitos econômicos para uma advogada. Ao Henrique Leite pelas conversas infindáveis sobre o tema e o apoio sem tamanho. À Maria Clara, Gabriela, Andrea, Camila e Erick por terem me dado respaldo na fase mais difícil. Aos meus queridos amigos que me apoiaram de forma incondicional, em todos os altos e baixos, Ivana, Gabriel, Paulinha, Edde, Patrícia Nakamura, Victor, João Paulo, Carol, Paula Moscardi, Caio, Zeca, Dr. Fortunato e tantos amigos que deixei de lado nessa fase.

“Banking is essential, banks are not.”
(Bill Gates 1994)

RESUMO

FACKLMANN, Juliana. *Operações de Instituições Financeiras: Análise de Aspectos Econômicos e Jurídicos Relacionados ao Pagamento de Juros*. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O trabalho se propõe a analisar os principais aspectos jurídicos e econômicos relacionados às taxas de juros praticadas por instituições financeiras. Para tanto, avaliamos o conceito de moeda, sua origem, suas funções e seus aspectos econômicos. O trabalho também relaciona política monetária, moeda e crédito procurando esclarecer a relação entre esses temas e sua influência nas taxas de juros. A função dos bancos como multiplicadores de moeda também é objeto desse trabalho. Avalia-se, ainda, a atividade financeira e seu desenvolvimento no Brasil, focando no papel das instituições financeira como intermediárias de crédito. Busca-se, também, entender os conceitos de taxa de juros e spread, sob a perspectiva econômica e jurídica, colocando-os dentro da política monetária brasileira. Ao final, debatemos temas atuais que envolvem usura e *fintechs*.

Palavras-chave: Juros. Atividade Financeira. Usura. Direito. Economia.

ABSTRACT

FACKLMANN, Juliana. *Financial Transactions: Analysis of legal and Economic Aspects Related to the Payment of Interest*. 2017. 132 f. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The purpose hereof is to analyse the main legal and economic aspects relating to the interest rates established by financial institutions. Therefore, we have analyzed the concept of money, its origin, its functions e its economic aspects. This paper also relates monetary policy, money and credit aiming to clarify the relation thereof and their influence on interest rates. Banking as money creators is also analyzed herein. We will also verify the financial activity and its development in Brazil, focusing on the role of financial institutions as credit intermediaries. We also aim to better understand the concepts of interest rate and spread under an economic and legal perspective, taking into consideration the Brazilian monetary policy. At the end, we will debate current questions that involves usury and fintechs.

Keywords: Interest. Financial Transaction. Usury. Law. Economy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: - Balanço Contábil do Banco Central

Figura 2: Criação de moeda por bancos privados

Figura 3: Operações no *open market*

Figura 4: Alteração da taxa de reserva compulsória

Figura 5: Alteração da taxa de redesconto

Figura 7: Análise do Devedor

Figura 8: Análise do Investidor

Figura 9: Composição do Sistema Financeiro Nacional

Figura 10: Estrutura do spread bancário *ex-ante* (p.p.)

Figura 11: Estrutura do spread bancário *ex-ante* (p.p.)

Figura 12: Estrutura do spread bancário *ex-post* (p.p.)

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	13
I.1.	Corte epistemológico.....	15
II.	A MOEDA	17
II.1.	A origem da moeda: breves aspectos históricos	18
II.2.	A moeda: aspectos econômicos.....	21
II.2.1.	Evolução da moeda: considerações preliminares	22
II.2.1.1.	<i>Fase da troca de mercadorias.....</i>	<i>23</i>
II.2.1.2.	<i>Fase da mercadoria moeda.....</i>	<i>23</i>
II.2.1.3.	<i>Fase da moeda metálica.....</i>	<i>25</i>
II.2.1.4.	<i>Fase da moeda-papel</i>	<i>26</i>
II.2.1.5.	<i>Fase da moeda fiduciária.....</i>	<i>27</i>
II.2.1.6.	<i>Fase da moeda escritural.....</i>	<i>29</i>
II.2.2.	Funções da moeda.....	30
II.2.2.1.	<i>Meio de Troca</i>	<i>30</i>
II.2.2.2.	<i>Unidade de conta</i>	<i>31</i>
II.2.2.3.	<i>Reserva de valor.....</i>	<i>31</i>
II.2.2.4.	<i>Liquidez e procura efetiva.....</i>	<i>31</i>
II.3.	A moeda: aspectos jurídicos	32
II.3.1.	Curso legal e curso forçado da moeda	33
II.3.2.	Emissão da moeda e sua natureza jurídica.....	34
III.	POLÍTICA MONETÁRIA, MOEDA E CRÉDITO.....	37
3.1.	Política econômica.....	38
3.1.1.	Macroeconomia: principais aspectos e objetivos	38
3.1.1.1.	<i>Produto Interno Bruto (PIB): medida da atividade econômica.....</i>	<i>40</i>
3.2.	Política monetária, moeda e crédito	41
3.2.1.	O banco central atual e a criação da moeda na perspectiva econômica.....	42
3.2.2.	O multiplicador bancário: moeda e crédito.....	44
3.2.3.	Instrumentos de política monetária	47

3.2.3.1.	<i>Controle da moeda em circulação</i>	47
3.2.3.2.	<i>Operações de open market (mercado aberto)</i>	47
3.2.3.3.	<i>Alteração da taxa de reserva compulsória</i>	48
3.2.3.3.	<i>Alteração da taxa de redesconto</i>	49
3.2.3.4.	<i>Controles do crédito</i>	50
3.2.4.	<i>Demanda por moeda</i>	50
3.2.5.	<i>Taxa de juros e política monetária</i>	52
3.2.5.1.	<i>Taxas de juros e demanda por moeda: breves notas</i>	53
3.3.	A Política monetária brasileira	53
3.3.1.	<i>Taxa Selic e os mecanismos de transmissão da política monetária</i>	55
3.4.	O crédito	57
IV.	A ATIVIDADE BANCÁRIA E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	61
IV.1.	A atividade bancária	61
IV.1.1.	<i>Atividades bancárias no Brasil: um breve histórico</i>	62
IV.1.2.	<i>Atividades tipicamente bancárias: a intermediação financeira</i>	64
IV.1.2.1.	<i>Operações ativas</i>	68
IV.1.2.2.	<i>Operações passivas</i>	70
IV.2.	O Sistema Financeiro Nacional	71
IV.2.1.	<i>Conselho Monetário Nacional</i>	73
IV.2.2.	<i>Banco Central do Brasil</i>	73
IV.2.3.	<i>As instituições financeiras</i>	75
IV.3.	Contratos bancários	78
V.3.1.	<i>Contratos bancários como fonte de direito</i>	79
V.3.2.	<i>Contratos bancários: breves comentários jurídicos</i>	80
V.3.1.	<i>Os juros como causa dos contratos bancários</i>	81
V.	A TAXA DE JUROS	86
V.1.	A questão da taxa de juros no Brasil: breve histórico	86
V.2.	A taxa de juros sob a perspectiva econômica	89
V.2.1.	<i>Custo de oportunidade e tradeoffs</i>	90
V.2.2.	<i>Spread bancário</i>	94
V.2.2.1.	<i>Decomposição do spread bancário ex ante</i>	95
V.2.2.2.	<i>Decomposição do spread bancário ex post</i>	96
V.2.3.	<i>Conclusões acerca do funcionamento da taxa de juros bancárias</i>	98

V.3. A taxa de juros e <i>spread</i> bancário sob a perspectiva jurídica.....	98
V.3.1. Taxa de juros ou juros: evolução do conceito.....	99
V.3.1.1. <i>Antes da entrada em vigor do Código Comercial (antes de 1851).....</i>	<i>99</i>
V.3.1.2. <i>Da entrada em vigor do Código Comercial à entrada em vigor da Lei Bancária (1851 a 1965).....</i>	<i>100</i>
V.3.1.3. <i>Da entrada em vigor da Lei Bancária à entrada em vigor da Constituição Federal (1965 a 1988).....</i>	<i>105</i>
V.3.1.4. <i>Após a entrada em vigor da Constituição Federal (a partir de 1988)</i>	<i>106</i>
V.3.2. Classificação dos juros.....	112
V.3.2.1. <i>Classificação dos juros quanto à sua fonte.....</i>	<i>112</i>
V.3.2.2. <i>Classificação dos juros quanto à sua natureza jurídica.....</i>	<i>113</i>
V.3.3. O <i>spread</i> bancário sob o aspecto jurídico	113
V.3.4. Regulamentação da remuneração em operações bancárias	114
V.4. A taxa de juros e o sistema financeiro: debates atuais	115
V.4.1. Cessões de Cédulas de Crédito Bancário fora do Sistema Financeiro Nacional.....	115
V.4.2. O fenômeno das <i>fintechs</i> e o teste da taxa de juros e do <i>spread</i> bancário.....	117
VI. CONCLUSÕES.....	121
VII. BIBLIOGRAFIA	124

I. INTRODUÇÃO

As instituições financeiras desempenham um papel primordial de intermediárias nos pagamentos, contudo, sua tarefa não se limita à intermediação, erigindo-se como verdadeiras mobilizadoras de crédito, agindo como sujeitos das operações e contratos que realizam, procurando obter capitais disponíveis e os aplicando, em seu próprio nome, tendo sempre, nessa intermediação, o intuito de lucro.

É incontestável, pois, a relevância das instituições financeiras no atual contexto empresarial, no qual, as empresas buscam maximizar os seus lucros e diminuir os seus custos, procurando investimentos, em face do processo de globalização e à competitividade cada vez mais acirrada entre as empresas. Concomitantemente, houve, a partir da década de 60, uma rápida evolução do volume e da estrutura dos recursos bancários, acompanhada do progresso técnico e tecnológico nas atividades bancárias.

Ao longo dos últimos anos, o mercado financeiro tem experimentado uma série de inovações, como a criação das *bitcoins* e com o advento das *fintechs*, que tem colocado à prova aquilo que entendemos por atividade financeira e qual o custo dessa atividade. Cada vez mais, busca-se otimizar os custos de forma a prover recursos mais baratos a um maior número de agentes deficitários.

Não obstante, no âmbito jurídico, há uma carência de trabalhos e artigos que discutam as taxas de juros bancárias sob as perspectivas de direito e economia, o que acarreta uma incompletude da análise das taxas de juros praticadas. Essa incompletude, por sua vez, gera a incompreensão da questão, tornando difícil para o jurista aplicar as regras relacionadas às taxas de juros e, ainda mais importante, entender o comportamento dos bancos.

O assunto fica ainda mais complicado quando tentamos entender o comportamento das taxas de juros em um ambiente macroeconômico, no qual a autoridade monetária, sendo, no caso do Brasil, muitas vezes, o Banco Central do Brasil, intervém a fim de fazer cumprir uma política econômica que visa a determinados efeitos.

Sem essas informações, cria-se uma grande dificuldade em entender a razão pela qual os juros no Brasil são considerados, quando comparados a outros países, altos e os Estados Unidos, após um período de crise, estava em uma situação de taxa de juros zero. Há dificuldade,

também, em entender como isso afeta a economia como um todo e o crescimento econômico do país.

Nossa análise partiu da notícia veiculada na mídia de que os bancos dos Estados Unidos adotaram uma nova prática: a de evitar grandes depósitos das empresas. Essa nova prática, que causa estranheza em um primeiro momento, é explicada pelos juros baixos praticados pela economia americana. Ou seja, os juros baixíssimos em vigor atualmente na economia americana limitam os lucros dos bancos a tal ponto que os bancos consideram que tais lucros não justificam os riscos que correm de eventuais corridas bancárias, nem o cumprimento de regras prudenciais aplicáveis a tais depósitos¹.

Assim, salientamos o título dessa Dissertação: “Operações de Instituições Financeiras: Análise de Aspectos Econômicos e Jurídicos Relacionados ao Pagamento de Juros”. Ou seja, nossa proposta é a de alinhar os conceitos econômicos e jurídicos de juros para aumentar o entendimento desse conceito, ainda mais em vista dos novos debates que surgem a cada dia.

Em vista desses apontamentos, essa Dissertação pretende abordar, de forma didática, os aspectos econômicos e jurídicos relacionados à taxa de juros bancária, relacionado esse assunto com a própria criação da moeda e com o histórico da atividade bancária no Brasil. Nosso principal objetivo é fornecer as informações necessárias para o entendimento da taxa de juros praticadas por bancos e suscitar alguns debates atuais com relação às taxas de juros, incluindo questões relacionadas à aplicação da Lei da Usura e também às *fintechs*.

Em razão da proposta ora apresentada, dividiremos essa Dissertação da seguinte forma. O segundo capítulo versará sobre a moeda, sua origem, seus aspectos históricos, seus aspectos econômicos e jurídicos. Esse capítulo fundamentará nossa análise à medida em que fornecerá as bases teóricas de um dos principais elementos desse trabalho.

O segundo capítulo descreverá a relação entre política monetária, moeda e crédito. Aproveitaremos para explicar como o banco central emite papel moeda e o papel das instituições financeiras como criadoras de moeda. Esse capítulo procurará desvendar alguns conceitos de macroeconomia e política monetária, explicitando, ainda, os objetivos da política

¹ CHUNG, Juliet; KROUSE, Sarah. Depósitos de empresas já não interessam a bancos dos EUA. **Valor Econômico**. São Paulo, 19/10/2015. Caderno p. n/a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/impreso/wall-street-journal-america/depositos-de-empresas-ja-nao-interessam-bancos-dos-eua>. Acesso em: 09/11/2015

monetária brasileira. Falaremos também dos aspectos históricos e jurídicos do crédito, a fim de conectarmos o conceito de moeda ao conceito de crédito.

O terceiro capítulo fornecerá informações sobre a atividade financeira, o histórico da atividade financeira e a própria história da construção dos arranjos legais que culminaram na criação do sistema financeiro nacional. Enfatizaremos, nessa análise, o papel das instituições financeiras na intermediação ou mobilização do crédito através da realização de operações ativas (de empréstimo) e passivas (de captação). Contudo, não entraremos em maiores detalhes acerca dos instrumentos e contratos que formalizam essas operações e nem da regulação bancária.

O último capítulo é o cerne dessa Dissertação e versará sobre a taxa de juros, em sua acepção econômica e jurídica, traçando paralelos com os pontos anteriormente expostos e com o histórico da questão dos juros no Brasil, desde as Ordenações Filipinas até o momento atual. O objetivo é a compreensão da taxa de juros em seu aspecto macro, conforme proposta dessa dissertação. Ao final, traremos alguns temas atuais relacionados à taxa de juros para o debate a fim de convidar o leitor a pensar utilizando todas as ferramentas fornecidas.

I.1. Corte epistemológico

Para a análise do tema proposto nessa Dissertação, não esgotaremos a análise dos pontos relacionados à moeda e crédito, bem como à regulação financeira e ao sistema financeiro nacional, sendo que somente serão avaliadas as questões necessárias para aprofundar o entendimento acerca da estipulação da taxa de juros altos em operações bancárias e seus reflexos.

O tema proposto estará limitado às atividades e operações realizadas originalmente por bancos, não tendo o objetivo de compreender as operações realizadas por outras instituições financeiras que não sejam banco, exceto se for necessário para comparar com as operações realizadas pelo banco, objeto de explanação.

Da mesma forma, essa Dissertação não terá o condão de esgotar todas as discussões econômicas sobre o tema proposto, de forma que se procurará trazer alguns conceitos de algumas teorias econômicas, indicando, quando sabido, de qual escola de pensamento se trata.

Por fim, ressaltamos que os debates econômicos serão instrumentais para o desenvolvimento dos debates jurídicos sobre o tema proposto.

VI. CONCLUSÕES

A questão da taxa de juros é uma questão complexa que envolvem diversas variáveis, muitas delas exógenas ao direito. Da mesma forma, não se pode entender juros e o comportamento de taxa de juros sem entender as origens e o funcionamento da moeda e o papel do banco central em sua emissão. De forma geral, chegamos às seguintes conclusões:

1. O entendimento da moeda é crucial para o entendimento do papel do crédito, do banco central, em sua função de emissor de moeda e dos bancos, enquanto multiplicadores de moeda;
2. A moeda foi uma das primeiras inovações que ocorreram no mercado e foi essencial para o desenvolvimento do mercado financeiro, em razão de suas funções como unidade de conta, meio de troca e reserva de valor;
3. O direito foi fundamental na história da moeda ao estabelecer o arcabouço jurídico necessário para sua aceitação de forma geral;
4. As relações entre a dívida pública, a moeda em circulação e a função de emissão de moeda pelo banco central é fundamental para entender o cerne da política monetária e seus instrumentos;
5. A política monetária vigente no Brasil afeta a taxa de juros em razão da utilização, como instrumento de política monetária, da fixação da meta da Selic;
6. Entender o papel dos bancos enquanto multiplicadores da moeda é fundamental para entender seu possível impacto na economia;

7. A atividade de intermediação financeira é atividade típica de instituições financeiras e traz diversos riscos a essas instituições, ao interpor operações ativas e operações passivas;
8. A cobrança de juros é inerente à atividade financeira, porém não representa a remuneração da instituição financeira em suas operações ativas, assim como o spread bancário também não representa o lucro da instituição financeira em sua atividade de intermediação;
9. A taxa de juros aplicada está ligada a uma série de custos aos quais a instituição financeira incorre, inclusive custos decorrentes da intervenção da autoridade monetária, no caso, o Banco Central do Brasil, na economia. Como, por exemplo, custos relacionados ao aumento da taxa de reservas compulsórias e custos relacionados ao direcionamento de recursos obrigatórios;
10. Em razão do custo de oportunidade, a taxa de juros Selic, definida em reunião pelo COPOM, influencia a taxa de juros bancários, visto que acaba por definir o valor mínimo da taxa de juros bancários;
11. A questão da aplicação da Lei da Usura permeou a história do Brasil em vários momentos, gerando, até hoje, alguns conflitos com relação à sua aplicação, principalmente no que diz respeito a operações originadas no mercado financeiro e cedidas para entidade que não participa do mercado financeiro, como os fundos de investimento;
12. O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil não restringem a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras, mas têm envidados esforços no sentido de obter maiores informações sobre essas taxas de juros por meio do SCR;
13. As inovações financeiras suscitam novos debates acerca da regulamentação financeira sobre a taxa de juros e sobre a aplicação da Lei da Usura, bem como sobre a aplicação dos

princípios norteadores do sistema financeiro nacional, como, por exemplo, a proteção da economia popular.

VII. BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Nelson. (rev. e ampl. Carlos Henrique Abrão). **Direito Bancário**. 11 Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

ASCARELLI, Tullio. **Teoria Geral dos Títulos de Crédito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações**. 2 ed. São Paulo: 1978.

BAPTISTA, André Zanetti. **Juros: Taxas e Capitalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BAROSSO FILHO, Milton; SZTAJN, RACHEL. NATUREZA Jurídica da moeda e desafios da moeda virtual. In: revista **Jurídica Luso Brasileira, Lisboa**, Ano 1, Nº 1, 2015.

BEVILAQUA, Clovis. **Direito das Obrigações**. Bahia: Jose Luiz da fonseca Editor, 1896.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BULGARELLI, Waldirio. **Títulos de Crédito**. 11ª Ed. atual. São Paulo: Atlas, 1995.

CARNELL, Scott Richard; MACEY, Jonathan R.; MILLER, Geoffrey P. **The Law of Financial Institutions**. New York: Wolters Kluwer & Business, 2013.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier de. (atual. GAMA, Ricardo Rodrigues). **Tratado de Direito Comercial Brasileiro**. 1ª Ed. Campinas: Russell Editores, 2005.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. **Tratado de Direito Comercial**. 4 Ed. [Rio de Janeiro]: Ed. Freitas Bastos, 1947. Vol. V. Livro III. Parte II.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. **Tratado de Direito Comercial**. 4 Ed. [Rio de Janeiro]: Ed. Freitas Bastos, 1947. Vol. VI. Livro IV. Parte II e III.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. **Tratado de Direito Comercial**. 4 Ed. [Rio de Janeiro]: Ed. Freitas Bastos, 1947. Vol. VI. Livro IV. Parte I.

CARVALHOSA, Modesto. **Direito Econômico: Obras Completas**. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

CHUNG, Juliet; KROUSE, Sarah. Depósitos de empresas já não interessam a bancos dos EUA. **Valor Econômico**. São Paulo, 19/10/2015. Caderno p. n/a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/impreso/wall-street-journal-america/depositos-de-empresas-jao-nao-interessam-bancos-dos-eua>. Acesso em: 09/11/2015.

CORDEIRO, António Menezes. **Manual de Direito Bancário**. 3ª Ed. Coimbra: Almedina, 2006.

CORTEZ, Thiago Machado. O conceito de risco sistêmico e suas implicações para a defesa da concorrência no mercado bancário. *In*: CAMPILONGO, Celso Fernandes *et al.* **Concorrência e Regulação no Sistema Financeiro**.

COVELLO, Sergio Carlos. **Contratos Bancários**. 4ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Universitária de Direito.

DE CHIARA, José Tadeu. **Moeda e Ordem Jurídica**. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 1986.

DURAN, Camila Villard. **A Moldura Jurídica Da Política Monetária – Um Estudo Do Bacen, Do BCE e do Fed.** São Paulo: Saraiva, 2013.

FERGUSON, Niall. **A Ascensão do Dinheiro: A História Financeira do Mundo.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação.** 4ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

FONTES, Marcos Rolim Fernandes; WAISBERG, Ivo (coord.). **Contratos Bancários.** São Paulo: Quartier Latin, 2006.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

GALBRAITH, John Kenneth. **Moeda: De Onde Veio, Para Onde Foi.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

GOMES Orlando. **Obrigações.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GOMES, Orlando. (atual. e rev. Edvaldo Brito). **Obrigações.** 17 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GOMES, Orlando. **Contratos.** 16ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GOODHART, Charles A.E. **Money, Information and Uncertainty.** Cambridge: The MIT Press, 1989.

HUGON, Paul. **A Moeda.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio. **Negócio Jurídico: Existência, Validade E Eficácia**. 4 Ed. (ampl., atual. e ver.). São Paulo: Saraiva, 2014.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral Do Emprego, Do Juro E Da Moeda**. Trad. Manuel Resende. São Paulo: Saraiva, 2012.

KROSZNER, Randall S., SHILLER, Robert J. **Reforming U.S. Financial Markets: Reflections Before and Beyond Dodd-Frank**. London: The MIT Press, 2011.

LACERDA, Paulo de. **Do Contracto de Abertura de Credito**. São Paulo: N. Falcone & Cia., 1904.

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira: Fundamentos E Atualidade**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUMIA, Giuseppe. **Elementos de Teoria e Ideologia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Trad. da 3ª Ed. Norte-Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios de Macroeconomia**. Ed. 6. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MANN, F.A. **The Legal Aspect Of Money**. 5 Ed. Oxford: Clarendon Press, 1992.

MARTINS, Fran. **Contratos e Obrigações Comerciais**. 9ª Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

MARTINS, Fran. **Títulos de Crédito**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do Fato Jurídico: Plano da Eficácia: 1ª Parte**. 7 Ed. Saraiva: São Paulo, 2011.

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do Fato Jurídico: Plano da Existência**. 10 Ed. Saraiva: São Paulo, 2000.

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do Fato Jurídico: Plano da Validade**. 5 Ed. Saraiva: São Paulo, 2001.

MICHEL, Norbert. **Dodd-Frank's Expansion of Fed Power: A Historical Perspective**, in: Cato Journal, Vol. 34, No. 3 (Fall 2014).

MISES, Ludwig Von. **The Theory of Money and Credit**. New Haven: Yale University Press, 1953.

MISHKIN, Frederic S. **The Economics of Money, Banking and Financial Markets**. 10ª Ed. New Jersey: Pearson, 2013.

MODONESI, André de Melo. **Regimes Monetários: Teoria e Experiência do Real**. Barueri: Manole, 2005.

MUNIZ BARRETO, Lauro. **Direito Bancário**. São Paulo: Universitária de Direito, 1975.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. **Manual de Direito Bancário**. São Paulo: IOB, 2006.

OLIVEIRA, Marcos Cavalcante. **Moeda, Juros e Instituições Financeiras: Regime Jurídico**. 2 Ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de; SILVA, Guilherme Jonas Costa da; AMARAL, Rafael Quevedo do. Por Que As Taxas De Juros São Tão Elevadas No Brasil? Uma avaliação empírica. In: **Revista de Economia Política**. Vol. 32, nº 4 (129), outubro/dezembro/2012.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto Passos. **Princípios de Economia**. 6 Ed. Rev. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Volume II. [Rio de Janeiro]: Forense, 1976.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Volume III. [Rio de Janeiro]: Forense, 1990.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**. 4 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, [1973]. t.III.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Ed. Borsoi, 1971. t. XXIV

POSNER, Richard A. Sobre o recebimento da medalha Ronald H. Coase: incerteza, a crise econômica, e o future do direito e economia. In: PORTO, Antônio José M.; GONÇALVES, Antônio Carlos P.; SAMPAIO, Patrícia Regina P. (Coord.). **Regulação Financeira para Advogados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POSNER, Richard A. **Theories of Economic Regulation**, in: The Bell Journal of Economics and Management Science, Vol. 5, No. 2. (Autumn, 1974).

QUIROGA MOSQUERA, Roberto. Os princípios informadores do direito do mercado financeiro e de capitais. In: _____. **Aspectos atuais do direito do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 1999.

REIS JUNIOR, Henrique O. M.; PAULA, Luiz Fernando de; LEAL, Rodrigo Mendes. Decomposição do Spread Bancário: Uma Análise do Período Recente. In: **Revista Economia**, Brasília, v.14, n.1A, p.29-60, jan/abr 2013.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos de Crédito Bancário**. 11 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ROTHBARD, Murray N. **The Mystery of Banking**. Lexinton: Skyler J. Collins, 2012.

SADDI, Jairo. **Crédito e Judiciário no Brasil: Uma análise de Direito e Economia**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SADDI, Jairo. **O Poder e o Cofre**. São Paulo: Textonovo, 1997.

SADDI, Jairo. **Temas de Regulação Financeira**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Regulação da Atividade Econômica (Princípios e Fundamentos Jurídicos)**. São Paulo: Malheiros, 2008.

SALOMÃO NETO, Eduardo. **Direito Bancário**. São Paulo: Atlas, 2005.

SAYAD, João. **Dinheiro, Dinheiro: Inflação, Desemprego, Crises Financeiras e Bancos**. 1 Ed. São Paulo: Portfolio Penguin, 2015.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Juros no Direito Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SILVA, Geraldo J. G. da; GUIMARÃES, Antônio M. da C. (Org.). **Direito Bancário e Temas Afins**. São Paulo: CS, 2003.

SOBRINHO, José Dutra Vieira. **Cobrança de Juros sobre Juros – Anatocismo – Uma Longa História de Tabus, Equívocos e Interesses**. São Paulo: Almedina, 2012.

SOTO, De Huerta Jesús. **Dinero, Crédito Bancario y Ciclos Económicos**. 5 Ed. Madrid: Unión Editorial, 2011.

TURCZYN, Sidnei. **O Sistema Financeiro Nacional e a Regulação Bancária**. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2005.

VASCONCELLOS, Marco Antonio s.; Garcia, Manuel e. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

VEIGA DA ROCHA, Jean-Paul C. Regulação Econômica e Controle de Preços nos Contratos Bancários: o que Ficou da Lei da Usura? In: WAISBERG, Ivo; FONTES, Marcos Rolim Fernandes (Coord.). **Contratos Bancários**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2006.

VEIGA DA ROCHA, Jean-Paul C. Regulação Econômica e Controle de Preços nos Contratos Bancários: o que Ficou da Lei da Usura? In: WAISBERG, Ivo; FONTES, Marcos Rolim Fernandes (Coord.). **Contratos Bancários**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2006.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Bancos Centrais No Direito Comparado: O Sistema Financeiro Nacional e o Banco Central do Brasil (O Regime Vigente e as Propostas de Reformulação)**. São Paulo: Malheiros, 2005.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Brazil's Survival of the 2008 Global Financial Crisis: Were We That Good? In: **Revista de Direito Mercantil**. n.158

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Considerações sobre o Sistema Financeiro. Crises. Regulação e Re-Regulação. In: **Revista de Direito Mercantil**. n.149/150

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Contratos Mercantis e a Teoria Geral dos Contratos: O Código Civil de 2002 e a Crise do Contrato**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de Direito Comercial 4: Fundamentos da Teoria Geral dos Contratos**. São Paulo: Malheiros, 2011.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. **Direito Monetário**. São Paulo: IBCB, 1995.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. **Fundamentos do Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. **Teoria Geral do Direito Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

WALD, Arnoldo; WAISBERG, Ivo. **Direito Bancário – Contratos e Operações Bancárias**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.